

Agosto 2005

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 OGE de 2005 revisto vai priorizar áreas sociais	1
1.2 Mercado municipal de são Paulo será restaurado	1
1.3 Administrador do FMI escala o país para negociações com o Governo	2
1.4 Governo da 10 milhões para microcredito	3
1.6 Depósitos: Bancos angolanos têm USD 10,6 bilhões	4
1.7 NEPAD discute com governo angolano planos para o desenvolvimento	4
2 GOVERNAÇÃO E ELEIÇÕES	5
2.1 “Nova lei eleitoral um colete para um”	5
2.2 14 mil brigadistas vão proceder ao registo eleitoral.....	6
2.3 Sobas temem guerra pós-eleições	6
3 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA	8
3.1 Plano de Apoio a juventude	8
3.2 Japão financia construção de 17 escolas primárias em Luanda	8
3.3 Sindicato dos Professores contra campanha do MED	9
3.4 Jornadas da FESA debatem problemas da juventude.....	9
4 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	11
4.1 Mais de mil famílias são realojadas no Zango	11
4.2 Os moradores estão a ser injustiçados.....	11
4.3 BCI entrega primeiro lote de casas.....	12
4.4 Cacucaco vai disciplinar ocupação ilegal de terrenos	13
4.5 Desenvolvimento sustentado de Angola.....	13
5 SERVIÇOS BASICOS	15
5.1 Lixo importado e mal gerido.....	15
5.2 Águas pútridas invadem casas na rua de Ambaca.....	16
6 PAZ E CIDADANIA	18
6.1 A CNE vista pela sociedade civil.....	18
6.2 Registo eleitoral deve arrancar entre setembro e outubro	18
6.3 MINSA emprega mais de 9 mil técnicos saídas de áreas de acolhimento.....	19
6.4 Wambu kalunga e a prodigalidade da historia oral	19

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 OGE de 2005 revisto vai priorizar áreas sociais

Jornal de Angola... 04-08-05

O projecto de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2005 revisto e apresentado, ontem, pelo Governo a Assembleia Nacional privilegia investimentos nas áreas sociais, como educação e saúde, bem como a reabilitação das infraestruturas económicas e produtivas.

Para justificar as alterações propostas, o Governo teve em conta a acentuada estabilidade macro-económica, que levou a queda da inflação para 31,01 por cento em Dezembro de 2004 e 21,96 por cento em Junho deste ano, correspondendo a uma taxa acumulada de 10,05 por cento entre Janeiro e Junho de 2005. Na apresentação do OGE de 2005 Governo prometera a sua revisão, se a evolução das suas premissas o justificasse, o que veio a verificar-se, com a alteração da conjuntura económica mundial que teve relevantes reflexos na economia angolana. Na altura, a projecção do orçamento teve como referência a inflação acumulada de 15 por cento, uma taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) à volta de 16,1 por cento, um défice orçamental de 8,9 por cento do PIB, numa altura em que o preço médio do barril do petróleo estava avaliado em 26,50 dólares. No projecto de Lei que apresentou ao Parlamento, o executivo privilegia, também, o recadastramento dos contribuintes, aumenta das receitas fiscais e a revisão de leis essenciais, sobretudo das empresas públicas.

"Conjugado a esses esforços, mantendo-os firmes no combate a fraude e a evasão fiscal", referiu o primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nando", que apresentou o projecto, notando que na revisão da Lei do orçamento foram quantificadas e valoradas acções que tem a ver com reinserção social, aspectos que se prendem com a paz, reconciliação nacional, processo democrático e projectos de reabilitação de infra-estruturas e relançamento da produção. "Nando" notou que a estimativa do petróleo bruto, considerada no projecto de revisão do OGE para 2005, ainda é "bastante conservadora", pois é objectivo do Governo assegurar a harmonização da despesa pública ao longo dos anos, ao invés sujeitá-la a um comportamento cíclico ditado pelo preço do petróleo no mercado internacional.

"Os diferenciais a existirem poderão acudir as despesas relacionadas a suplementar as despesas de capital essenciais, redução do recurso ao endividamento público, tanto interno como externo, e ainda o reforço do fundo de reserva do Tesouro Nacional", referiu o primeiro-ministro. No OGE revisto, o Governo espera receitas fiscais totais de cerca de 773,8 mil milhões de kwanzas (exclui amortização da dívida e pagamento de atrasados) e despesas orçamentais à volta de 910,2 mil milhões de kwanzas, correspondendo a um défice de 136,5 mil milhões de kwanzas (com doações) e 143,7 mil milhões de kwanzas (sem doações). Esses números representam respectivamente 6,5 e 6,9 por cento do PIB menos cerca de 2,0 pontos percentuais em relação ao OGE inicial. A receita fiscal representa mais cerca de 128,3 mil milhões de kwanzas, um incremento de 19,9 por cento do previsto inicialmente, sendo que essa variação resulta de incrementos em 28,2 e 5,3 por cento, respectivamente, das receitas petrolífera e não petrolífera.

Setenta e seis por cento das despesas orçamentais fixadas no OGE revisto são correntes e 24 por cento de capital (aquisição de activos não financeiros). Em relação ao OGE inicial, nota-se um incremento de 13,0 por cento da despesa orçamental, enquanto a despesa corrente registou um aumento de 22,8 por cento e a de capital uma redução de 9,7. A redução da despesa de capital é resultado de uma melhor avaliação aos desembolsos de financiamento efectivos para os projectos deste ano, das linhas de crédito e da capacidade efectiva de execução das obras, prevenindo-se que ocorram pagamentos sem correspondência da execução dos projectos. No OGE revisto, prevê-se um financiamento externo líquido de 103,2 mil milhões de kwanzas (1.148,8 milhões de dólares), num incremento de 20,1 mil milhões de kwanzas em relação ao orçamento inicial. Cerca de 88 mil milhões de kwanzas e o financiamento interno líquido previsto no OGE de 2005 revisto, contra os 63 mil milhões de kwanzas previstos inicialmente.

1.2 Mercado municipal de São Paulo será restaurado

Jornal de Angola... 09-08-05

O mercado municipal de S. Paulo vai sofrer obras de restauração nos próximos dias e contara com uma nova estrutura, como uma parte superior.

De acordo com o administrador do Sambizanga, Leitão Ribeiro, com a nova estrutura, as barracas de "comes e bebes" vão deixar de existir no interior, assim como

nas imediações do mercado. "Quanto sei, o início das obras de restauro estão aprazados para o fundo corrente mês", disse o administrador.

Acrescentou que as mesmas serão executadas por uma empresa de construção chinesa. Enquanto durar as obras de restauro, referiu, as vendedoras do mercado vão continuar a exercer a sua actividade normalmente.

"Esta-se a vedar a zona Sul do mercado, ou melhor o Largo da Mama Kitandeira, onde as nossas mamãs vão comercializar os seus produtos, enquanto duram as obras de restauro", garantiu. Entretanto, Leitão Ribeiro garante que, após a conclusão das obras, as vendedoras vão voltar a ocupar os seus respectivos lugares.

Como se quer uma outra imagem ao mercado, as pessoas que comercializavam refeição, assim como bebidas, vão ser reintegradas em outros sectores de comercialização", sublinhou, pontualizando que o local não oferece condições para a prática de venda de "comes e bebes".

"Como não estamos aqui para prejudicar quem quer que seja, é por isso que as vamos enquadrar nouro tipo de actividade comercial, dentro deste historico mercado S.Paulo", asseverou. Questionado sobre a segurança de pessoas e bens no referido recinto, Leitao Ribeiro assegurou que "nao existem problemas de maior, pois estão criadas todas as condições, tanto de asseguramento e de acomodação.

A Administração municipal vai cobrir o espaço de formas que as nossas queridas kitandeiras sejam protegidas das chuvas e do sol", realçou. Por outro lado, o administrador do mercado, Francisco Afonso, defendeu a necessidade de uma reabilitação urgente do mercado, dado o elevado estado de degradação que a mesma apresenta.

Para Ana Jose Cabingano, 52 anos, vendedora do mercado de S.Paulo ha mais de 15 anos, a administração do mercado ou outra entidade deve prestar melhor informação as kitandeiras. "Ainda não ouvimos nada dos chefes ao que estamos a ouvir e que vão reparar o mercado.

Agora vão nos por aonde?", questionou. No local, falamos também com Nazaré Ngongola de 19 anos, que transporta já uma experiência como vendedora da mercado ha mais de oito anos, e não deixou de manifestar a sua apreensão pelo facto de até a presente data, não terem a garantia da transferência para o espaço que vai acolher as quitandeiras.

Por outro lado, Nazaré Ngongolo, nao deixou de emitir a sua opinião a respeito da reabilitação do mercado. "Estou satisfeita porque os nossos apelos foram ouvidos e este mercado carrega uma trajetória histórica muito grande", realçou.



1.3 Administrador do FMI escala o país para negociações com o Governo

ANGOP... 11-08-05

O administrador adjunto do Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI), Peter Gakunu, efectua a partir de hoje uma visita de três dias ao país, para analisar o estado de negociações entre esta instituição financeira internacional e o governo angolano.

Segundo o porta-voz do Ministério das Finanças, Bastos de Almeida, as discussões deverão centrar-se no processo de reconstrução e desenvolvimento, bem como na estabilização macro-económica em curso no nosso país.

"O que se pode esperar desse encontro é a aproximação de pontos de vistas, relativamente a eventual assinatura de um acordo para o programa monitorado porque Angola precisa muito da ajuda do FMI para se reerguer", acrescentou o responsável. O visitante é um dos 24 administradores do FMI e representa 21 países africanos, entre os quais Angola.

Peter Gakunu, que é o mais alto responsável do FMI a visitar Angola desde que o director-geral da instituição esteve em Luanda, em 1998, tem encontros previstos com o ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, com o ministro-adjunto do Primeiro-ministro, Aginaldo Jaime, e com o governador do Banco Nacional de Angola, Amadeu Maurício.

1.4 Governo da 10 milhões para microcredito

Folha 8...13-08-05

O Governo vai disponibilizar 10 milhões de dólares para o financiamento de operações de microcredito ao consumo revelou a 08, em Luanda, o ministério das Finanças.

A verba, que será gerida pelo Banco de Poupança e Credito (BPC) e pelo Banco Sol, tem como objectivo minimizar as dificuldades de acesso as instituições financeiras por parte da população mais carenciada. Nesse sentido, pretende-se criar condições para a geração de rendimentos, permitindo melhorar as condições de vida dos grupos sociais mais vulneráveis. Segundo Bastos Almeida, porta-voz do ministério das Finanças, a verba disponibilizada pelo governo para a concessão de micro créditos destina-se a financiar projectos apresentados por pequenos agricultores, vendedores de rua e jovens desempregados, entre os quais os que se ocupam actualmente a lavar carros nas ruas de Luanda. "A opção do governo em apostar nestes projectos insere-se no quadro da implementação da estratégia do executivo para a redução da pobreza", salientou. Este programa de micro credito, extensivo a todo território nacional, destina-se as populações das principais cidades do país e aos que vivem nas zonas rurais, tendo em vista estimular o lançamento de pequenos negócios e fortalecer empreendimentos produtivos de pequena dimensão.

"o Governo pretende promover modelos de geração de emprego e de renda, sobretudo para os jovens e mulheres que chefiam agregados familiares", afirmou. Por outro lado, esta também prevista a concessão de credito ao consumo para varias categorias profissionais de importância social, como professores e enfermeiros, no quadro das acções previstas no Programa Economico e Social do governo.

O lançamento deste programa de microcredito e de credito ao consumo esta a ser divulgado através de uma campanha publicitária em alguns meios seleccionados de comunicação social.

1.5 Sistema bancário nacional tem 211 balcões

Jornal de Angola... 13-08-05

O sistema bancário Angolano, agrupando actualmente 12 bancos comerciais, conta com 211 balcões em todo o país, numero que ainda esta distante de corresponder as exigências do mercado, segundo a administradora do

Banco Nacional de Angola (BNA), Marinela Amaral.

Segundo a responsável, que falava durante uma palestra, realizada ontem, em Luanda, alusiva aos 30 anos da banca nacional, a assinalar-se a 14 deste mês, em 1974, existiam no território angolano 11 instituições bancárias e 250 balcões, espalhados por cidades e vilas. Fazendo uma retrospectiva do sector, a gestora do BNA disse que, no período em referência, os bancos tinham um papel fundamental na economia da então colonia portuguesa, pois, toda a actividade agricola, comercial e industrial tinha como suporte o circuito bancário da época. Marinela Amaral esclareceu que o sector financeiro do país (bancos e seguros e outras actividade) viveu períodos críticos apos a proclamação da independência, porque grande parte dos agentes economicos decidiu deixar o país, levando consigo uma boa parte dos seus activos. A fuga maciça dos empresarios atrofiou a produção interna e, consequentemente, diminuiu os depósitos bancários, facto que causou grandes problemas de liquidez financeira.

Marinela Amaral referiu que para estabilizar a situação, em 1980, o estado, na qualidade de agente que detinha o monopólio de toda actividade, adoptou uma serie de medidas economicas para salvaguardar os interesses dos depositantes. O monopólio do Estado sobre a actividade bancaria terminou em 1991, com a aprovação de novos diplomas legais que permitiram a entrada de novos agentes privados no sector bancário. O projecto de reestruturação do sistema bancário Angolano, iniciado em 1991 e cuja implementação durou 12 anos, contou com a consultoria do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Esta mudança de estrategia no sector, enfatizou, permitiu aos bancos, que operam no circuito angolano, ter uma actuação equiparada com os níveis de eficiencia universal. A modernização do sistema permitiu, por um lado, que bancos internacionais pudessem abrir representações no país e, por outro lado, possibilitou a legalização das casas de cambio, onde o capital exigível para a sua abertura é de 30 mil dólares americanos.

Num contexto de economia cada vez mais globalizada, sublinhou, os grandes desafios para o ramo bancario serão criar serviços que permitam a estabilização crescente da economia e a criação de novas fontes de financiamento de projectos de desenvolvimento. A responsável defendeu a necessidade de se criar um banco virado para o financiamento de projectos de desenvolvimento a longo prazo.

1.6 Depósitos: Bancos angolanos têm USD 10,6 biliões

Jornal de Angola... 31-08-05

Os bancos angolanos guardam 10 biliões e 600 milhões de dólares em depósitos, segundo o bancário Fernando Teles, para quem a confiança dos angolanos em serviços bancários está em franco crescimento.

“Não é por acaso que os depósitos estão a subir. Até as pessoas que trabalham em mercados informais percebem que o depósito nos bancos lhes permite ter créditos de habitação, crédito pessoal e crédito para aumentar o seu negócio”, acentuou. Segundo Fernando Teles, que falava ontem à Rádio Ecclesia, Angola carrega uma tradição bancária de longos anos. Até 1975, havia no país mais de 200 agências, e, curiosamente, nessa altura já tinha sido implantado o sistema multicaixa, ao contrário de Portugal que o montou apenas 13 anos depois (em 1987).

A julgar pelo montante de depósitos (10 biliões e 600 milhões de dólares), Fernando Teles diz que os bancos têm condições para fazerem mais créditos ao contrário do que fazem hoje – menos de metade dos depósitos. Mas para isso, o economista defende que haja empresários credíveis e que se aposte com algum capital de risco, sobretudo, no micro-crédito. Fernando Teles anunciou novos serviços dos bancos do país, de que se destaca o sistema de terminais de pagamento automáticos (POS) em super mercados, agências de viagem e noutras repartições, assim como o cartão de crédito, que permitirá os consumidores a andarem com menos dinheiro no bolso. “O país está a desenvolver muito rapidamente. Está a dar passos muito largos”, sublinhou, exemplificando o serviço de consulta de saldo no banco através do telemóvel ou da Internet, que está em vigor em pelo menos dois bancos, ao qual o BIC vai aderir na próxima semana.

Por outro lado, o bancário defendeu ainda a introdução urgente de notas de maior valor facial (5 mil e 10 mil kwanzas) no mercado. Para ele, essas notas facilitariam a vida dos empresários e também a circulação de mais dinheiro no sistema multicaixa.

1.7 NEPAD discute com governo angolano planos para o desenvolvimento

ANGOP...31 de Agosto

O director geral da NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, o moçambicano Firmino Mucavele, disse terça-feira em Luanda, que "veio a Angola discutir com as instituições angolanas os planos do país no quadro da NEPAD, com vista ao desenvolvimento humano, económico e social de África".

Firmino Mucavele, que chegou terça-feira ao país para participar na sexta-feira, num seminário sobre o NEPAD, realçou que abordará com o governo, sociedade civil, empresários e entidades religiosas, a elaboração de um plano de acção, assim como a realização de uma série de actividades a nível de Angola para melhorar e acelerar o desenvolvimento humano, económico e social. "A NEPAD pode demonstrar ao povo de Angola que é possível fazer-se parcerias para acelerarmos o desenvolvimento, porque unidos ganhamos força" acrescentou o responsável da organização continental. Segundo a fonte, o seminário será desdobrado em quatro painéis, no qual o primeiro versara sobre os objectivos da NEPAD, seus princípios fundamentais e as formas dos estados participarem nela. Disse que noutros painéis, se afluirão as formas da participação de instituições angolanas (governo, sector privado e entidades religiosas) nas metas da NEPAD, assim como os passos necessários, para que Angola usufrua das oportunidades oferecidas por esta instituição desde que apresente projectos concretos. Frisou ainda que uma vez que Angola acedeu ao mecanismo africano para revisão de paz, é a ocasião de se discutir os procedimentos e as vias para se preparar melhor com vista a sua avaliação e integração neste mecanismo.

Sobre a segurança alimentar e a agricultura, a NEPAD precisa obter das autoridades angolanas informações sobre que quadros existem na área, qual é o valor monetário para executar os programas e projectos a ela ligados, assim como o que pode ser feito agora para reconstruir as infra-estruturas como estradas, electricidade, entre outras

2 GOVERNAÇÃO E ELEIÇÕES

2.1 "Nova lei eleitoral um colete para um"

Folha 8... 06-08-05

Não importam os prejuízos a democracia e ao país, quando em causa estão interesses umbilicais de determinados sectores apegados ao poder", declarou um parlamentar desapontado, pela forma como decorreu a aprovação da nova Lei Eleitoral, que permitira encerrar o processo legislativo necessária para a realização das próximas eleições em Angola, previstas para 2006.

O legislador disse não ter sido contra a aprovação, "que teria de ser iminente, mas pelos malabarismos utilizados, pela entourage sanguessuga, instalada no poder". O parlamento angolano aprovou no dia 03, sem votos contra, o novo texto da Lei Eleitoral, corrigindo a inconstitucionalidade detectada pelo Tribunal Supremo, numa votação que encerrou o processo legislativo necessário para a realização das próximas eleições, previstas para 2006. Em causa estava uma alínea do artigo 17 da Lei Eleitoral que tinha sido aprovada em Maio, referente ao número de mandatos do Presidente da República, que, nos termos do actual texto constitucional podem ser três consecutivos ou interpolados. Na votação realizada, o novo texto daquela alínea foi aprovado com 160 votos a favor e seis abstenções, de três deputados da FNLA, dois do PLD e um da UNITA. No final da votação, o líder da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, destacou o "consenso" que permitiu a aprovação do novo texto, posição também salientada pelo vice-presidente do grupo parlamentar da UNITA, Daniel Domingos «Maluka». Por seu lado, Lindo Bernardo Tito, líder parlamentar do PRS, a segunda maior bancada da oposição, defendeu a necessidade de "acelerar o processo eleitoral de forma a tornar passível a realização de eleições em 2006.

A nova Lei Eleitoral tinha sido aprovada pelo parlamento no início de Maio, mas não foi promulgada pelo Presidente da República, que solicitou ao Tribunal Supremo a apreciação preventiva da sua constitucionalidade. Num acordo divulgado a 22 de Julho, o Tribunal Supremo decidiu pela inconstitucionalidade do artigo 17, que incluía uma alínea contrária ao actual texto constitucional. A actual Constituição permite que o chefe de Estado possa exercer três mandatos consecutivos ou interpolados, enquanto o texto da Lei Eleitoral aprovada em Maio

pela Assembleia Nacional apenas permitia dois mandatos consecutivos ou três interpolados, situação corrigida com a votação hoje realizada. Este acordo veia destapar e confirmar a provável intenção de Dos Santos continuar no poder, o que acontecer, terá um longo consulado de mais de 30 anos, passando a ser um record, em África e num regime que se pretenda respeitado como precursor da democracia. A Lei Eleitoral foi o documento mais polémico do denominado pacote legislativo eleitoral, tendo sido o único que foi aprovado pelo parlamento angolano apenas com os votos favoráveis do MPLA e de cinco deputados da oposição.

"Esta posição demonstra haver fricções no seio do próprio MPLA, melhor, militantes que acham ter terminado o tempo de Dos Santos e de que seria bom a sua reforma. Como outros não pensaram assim, ele (presidente) mandou ao Supremo, analisar a lei, mas para verificar da sua pretensão de se perpetuar no poder", disse a nossa fonte parlamentar. Para ela é um absurdo, "o Supremo a ter-se, apenas, a um aspecto da lei, aprovando um acordo, para atender uma obsessão caprichosa e exclusiva do senhor presidente da República" Os restantes projectos, entre os quais a Lei dos Partidos Políticos, a Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, a Lei do Registo Eleitoral e a Lei de Observação Eleitoral, foram aprovados sem votos contra, tendo sido já promulgados pelo presidente, José Eduardo dos Santos. Com a aprovação do novo texto da Lei Eleitoral, ficam criadas as condições necessárias para a nomeação e tomada de posse da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), órgão que vai supervisionar todo o processo relativo as próximas eleições em Angola. Os atrasos neste processo tiveram como principal consequência o adiamento do início do recenseamento eleitoral, que o governo pretendia realizar durante a estação seca (cacimbo), que esta agora a terminar. Depois da aprovação da Lei Eleitoral, o Conselho de Ministros devem reunir em breve para aprovar o regulamento deste novo texto legislativo, prevenendo-se que a CNE possa vir a tomar posse nas próximas semanas. A Comissão Nacional Eleitoral, cuja composição e contestada pela oposição parlamentar e levou a que a Lei Eleitoral tivesse sido aprovada apenas pelo MPLA e por cinco deputados da oposição, Cera 11 membros, dos quais seis indicados pelo parlamento. O Presidente da República indicara outros dois membros, enquanto o Tribunal Supremo, o Ministério da Administração do Território e o Conselho Nacional de Comunicação Social indicará um elemento cada. Depois da aprovação da Lei Eleitoral, o Conselho de Ministros deve reunir-se em breve para aprovar o regulamento deste novo texto legislativo, prevenendo-se que a CNE possa vir a tomar posse nas

proximas semanas.

Em declarações aos jornalistas, o presidente da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, admitiu que a Assembleia Nacional possa aprovar a 15 de Agosto, numa sessão extraordinária, os seus membros na CNE que indica que o processo de promulgação da Lei Eleitoral pelo Presidente" da Republica deve ser bastante rápido.



2.2 14 mil brigadistas vão proceder ao registo eleitoral

Jornal de Angola... 11-08-05

SEISCENTOS e oitenta e três pessoas foram já treinadas para formarem mais 14 mil brigadistas para o registo eleitoral, com vista as eleições gerais previstas para 2006.

A informação foi dada ontem pelo ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, coordenador da Comissão Interministerial para a preparação do pleito eleitoral. Num encontro com a imprensa, para dar o ponto da situação das tarefas cometidas a comissão que coordena a preparação de todo o processo eleitoral, Fontes Pereira indicou que os brigadistas vão ser distribuídos por mil brigadas de sete pessoas cada.

Ele reputou de tarefa prioritária a formação dos brigadistas, por "não fazer nenhum sentido que, com a proclamação da data para as eleições, o Governo e, também, a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), se confrontem com a falta de meios e recursos para a execução das acções". Aos formadores de brigadistas foram ministradas matérias sobre reconciliação nacional, educação e democracia, a dinâmica que a Comissão Interministerial esta a imprimir ao processo de formação dos agentes do registo eleitoral esta também ligada a necessidade de contornar as dificuldades que podem surgir, nomeadamente o início

das chuvas, que, segundo o ministro, se vão intrometer na nossa agenda". Neste momento, todas as províncias possuem entre 30 e 70 formadores prontos para formarem os brigadistas que vão trabalhar no registo eleitoral, tão logo sejam accionados os mecanismos apropriados pelo Ministério da Administração do Território e pela CNE. Para a formação de formadores de brigadistas, a Comissão Interministerial teve como critérios a nacionalidade angolana, o ensino medio, vocação pedagógica e a experiência das eleições de 1992.

"Preparando as condições objectivas do processo eleitoral, procuramos formar um conjunto de cidadãos que estarão, seguramente, disponíveis para no momento próprio realizarem outras tantas acções que visaram a execução do programa de registo eleitoral", explicou Fontes Pereira, clarificando, depois, que "um processo com a dimensão do registo eleitoral não se compadece com improvisos e nem amadorismos"



2.3 Sobas temem guerra pós-eleições

Folha 8...13-08-05

O ar dos céus de Angola parecem poluídos. Uma poluição pelo rumo em que esta a decorrer todo o processo de preparação das segundas eleições gerais em Angola.

As autoridades tradicionais, verdadeiras instituições na Angola profunda estão temerosos. Receiam que se possa reviver o clima de 1992, quando os políticos não se entenderam e regressaram a guerra, como recurso para esgrimir os seus argumentos, uma vez terem inviabilizado o dialogo. Três anos depois do cessar-fogo e da extinção do braço armada da UNITA, o fumo da discordia, parece subir cada vez mais alto, com acusações de parte a parte, espalhando o medo, entre

os autoclones de que uma guerra poderá estar próxima. E dentro deste contexto, que um soba do Ngove, no planalto central, alertou para a necessidade de se acalmar a população quanta aos receios de que as próximas eleições, previstas para 2006 conduzam a um novo conflito armado no país. "Se o governo não trabalhar com o povo, as próximas eleições vão ter pouca adesão devido ao medo" ,afirmou Constantino Tchicomo, soba do Ngove, região do município da Caala, na província do Huambo. O soba apelou, por isso, ao governo para que promova iniciativas destinadas a explicar as populaes, especialmente as das zonas rurais do interior do país, a importância das eleições. Tchicomo defendeu, no entanto, que esse esclarecimento deve ser feito por "pessoas que saibam transmitir a mensagem e não por pessoas que confundem as ideias dos outros"

Nesse sentido, considerou que, para as eleições serem um êxito, deve ser dada uma "atenção especial" as populações rurais do interior, que foram as mais afectadas pelo conflito militar. O soba assinalou que tem transmitido as populações a sua região uma "mensagem de união e solidariedade" entre os angolanos, mas alertou que a voz das autoridades tradicionais "não é suficiente. Tem de vir a gente do governo, que entende melhor do assunto", insistiu. Os receios existentes nas populações mais afastadas dos principais centros populacionais resultam das consequências das eleições de Setembro de 1992, cujos resultados não foram reconhecidos pela UNITA, o que levou ao reinício dos confrontos militares, que apenas terminaram em Fevereiro de 2002 com a morte de Jonas Savimbi. Este problema já tinha sido admitido no início de Junho pelo ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE). Numa conferência de imprensa para analisar o processo de preparação eleições em Angola, o ministro defendeu que é necessário um esforço de reabilitação psicológica das populações, especialmente nas zonas rurais do interior do país". Virgílio Fontes Pereira reconheceu que "muitos angolanos receiam a realização de eleições por temerem que estas sejam o início de uma nova guerra civil, como sucedeu em 1992".

Para ultrapassar este problema, o coordenador da CIPE salientou a importância das campanhas de educação cívica que estão previstas no âmbito da preparação do próximo acto eleitoral, que devesse realizar-se em 2006.

3 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

3.1 Plano de Apoio a juventude

Folha 8...01-08-05

O Governo apresentou, nos últimos dias, um plano de apoio a juventude para o biênio 2005/2006 e a sua isenção no processo de desenvolvimento político, económico, social e cultural do país.

O plano, apresentado pelo ministro da Juventude e Desportos, Marcos Barrica, e já aprovado em Conselho de Ministros e destaca a criação de pequenas empresas e cooperativas para promover o auto emprego e novas pastas de trabalho. "No caso particular de Angola, com uma população maioritariamente jovem, a continuidade e o desenvolvimento da Nação dependem da juventude. Daí a necessária atenção do Estado aos seus problemas, iniciativas e realizações", salientou o ministro no discurso de abertura de um encontro alargado com associações juvenis, estudantis e parceiros sociais. O Governante defendeu que a aplicação do plano de apoio a juventude não deve ser exclusiva do Governo, salientando que deveria contar com parceria do sector privado, particularmente das empresas produtivas, de prestação de serviços e dos bancos comerciais. O plano prevê ainda o levantamento do número de jovens que se encontram a trabalhar fora de Angola, sem protecção e segurança social dos Governos dos respectivos países de acordo com o plano, o Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social angolano (MAPESS) garantiu a colocação de dois mil jovens desempregados, formados nos centros profissionais, em empresas públicas e privadas.

O MAPESS prometeu ainda distribuir cinco mil conjuntos de ferramentas de trabalho aos jovens ambulantes, carregadores de mercadorias e a atribuição de mil micro-créditos aos jovens para a instalação de pequenas empresas agro-pecuárias. O plano executivo de apoio a juventude estabelece que o ministério do Interior deveria reinstalar unidades de reeducação de menores e um centro de reabilitação para as crianças e jovens de rua, bem como a elaboração e aprovação de um diploma legal de proibição de compra, venda e consumo de bebidas alcoólicas e tabaco a menores de anos. O ministério do Urbanismo e Ambiente deveria apoiar iniciativas dos jovens e associações, no âmbito da protecção do meio ambiente e a construção de mil casas económicas.

Entretanto Varias foram as vozes, de jovens, que se levantaram condenando esta iniciativa, considerada de pouco ousada e de limitar o apoio ao não desenvolvimento efectivo dos jovens. E o que se pode deprender da carta de M. António, enviada a redacção do Folha 8 e que a seguir vamos publicar.

3.2 Japão financia construção de 17 escolas primárias em Luanda

Jornal de Angola...09-08-05

Mais 17 escolas primárias, com 201 salas de aulas, serão reabilitadas ou construídas na capital do país, no âmbito da segunda fase do Projecto de Construção de Escolas Primárias na Província de Luanda, financiado pelo Governo japonês.

Para esse efeito, o Governo do Japão decidiu disponibilizar uma doação não reembolsável de 792 milhões de ienes japoneses (aproximadamente 7,1 milhões de dólares norte-americanos) ao Governo de Angola.

Na primeira fase deste projecto, foram construídas ou reabilitadas 13 escolas primárias na província de Luanda, entre os anos de 2003 e 2004, através de uma ajuda não reembolsável no valor de 19.5 milhões de dólares. O projecto deverá também corresponder ao objectivo superior de educação do Governo, "Estratégia Integrada da Educação", com vista ao melhoramento da situação da escolarização do ensino primário na província de Luanda.

Para dar andamento ao projecto, foi assinada uma Troca de Notas no dia 4 de Agosto entre o ministro das Relações Exteriores, João Miranda, e o ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Nobutaka Machimura.

Durante as conversações oficiais com o seu homólogo japonês, Nobutaka Machimura, João Miranda defendeu a necessidade de Angola e o Japão evoluírem para um estágio superior de cooperação.

3.3 Sindicato dos Professores contra campanha do MED

Semanário Angolense... 13-08-05

O Sindicato Nacional Independente dos professores (SINPROF), numa carta aberta endereçada ao ministro da Educação, António Burity da Silva, protesta veementemente contra a campanha publicitária que MED tem feito na televisão e emissoras de rádio, baseada num «spot» que pretendia ser uma denúncia da chamada «gasosa» que muitos professores alegadamente cobram para aprovarem os seus alunos.

«Aqui estuda-se para aprender e paga-se para passar», diz o professor para os alunos, para depois um deles dizer que não paga «gasosa» coisa nenhuma, pois, se algum docente tal exigir, vai e denunciar o dito a direcção da escola - e assim que esta mais ou menos estruturado o anúncio dessa alegada campanha do MED contra a «gasosa».

Na carta a Burity da Silva, o secretariado do Sindicato dos Professores, em nome dos seus «representandos», diz indignado que o anúncio é ofensivo à classe, por tentar mostrar um só rosto (o do professor) para exemplificar a corrupção no sector, quando ela esta instalada a todos os níveis, direcção do ministério incluída. «Não abdicando da nossa visão, já exposta, de que a grande arma contra o mal da corrupção e a justa compensação salarial e social dos servidores públicos, achamos que o mesmo mal estaria debelado se os mecanismos legais - disciplinares e criminais - sempre tivessem sido accionados, independentemente da posição hierárquica dos envolvidos», lamenta o SINPROF na sua carta.

Segundo o Sindicato dos Professores, a mais bombástica frase do «spot» - a de estudar para aprender, pagar para passar - e a que mais fica retida na memória do público, exercendo sobre ele uma pedagogia, no mínimo, bastante duvidosa.

«O spot da corrupção, já referida pelas mais altas instancias, como um dos maiores males no país, um só rosto: o do professor, intocáveis ficam os seus superiores hierárquicos, para não falar noutros sectores, como a administração pública e a policia, por exemplo», diz ainda a carta. Interrogando se o MED pretende agora fazer do professor um bode expiatório, o SINPROF ironiza sobre os porquês da contestação de Burity da Silva dos resultados de uma pesquisa da Coligação RTC que apontam o sector da Educação como dos mais corruptos do país.

«Somos pela etica profissional e pela moralidade. So

não pactuamos com manipulações da opinião pública que a desviem da base fundamental dos problemas do sector de ensino e do país em geral», termina a carta do SINPROF, assinada pelo seu secretário-geral, Manuel de Victoria Pereira, antes de recomendar ao MED uma propaganda mais seria e verdadeiramente eficaz.



3.4 Jornadas da FESA debatem problemas da juventude

Jornal de Angola... 24-08-05

As causas e as consequências da delinquência juvenil se-rão analisadas ontem, em Luanda, pelos participantes às nonas jornadas técnico-científicas da Fundação Eduardo dos Santos, (FESA), que decorrem no Palácio dos Congressos.

Com a actividade, que aborda o tema “A juventude face à reconstrução e desenvolvimento do país”, a FESA pretende a abordagem dos problemas, expectativas e perspectivas da camada jovem da sociedade, na medida em que diz respeito à maioria dos cidadãos angolanos, e envolve matérias da competência e tutela de amplo número de pessoas e organismos. Para aquela instituição, o facto de mais de 50 por cento da população angolana ter menos de 20 anos, constitui um ponto no domínio das oportunidades para o progresso do país, por se tratar de uma população jovem com um largo futuro pela frente.

Na abertura da actividade, o ministro da Juventude e Desporto, Marcos Barrica, defendeu a necessidade de se prestar uma especial atenção para aquela camada, para que seja uma premissa do desenvolvimento das respectivas sociedades. “A juventude representa para qualquer país a sua força motriz, e constitui a principal mola impulsora das transformações políticas, sócio-económicas, culturais e outras”, acrescentou. Para o governante, o tema das jornadas revela a importância

que é destinada aos jovens no actual contexto sócio-económico da nação angolana, sendo igualmente uma prova de atenção especial que a FESA pretende reservar aos aspectos inerentes à edificação de uma Angola renovada.

Nas jornadas, que contam com cerca de 800 participantes, estão a ser abordadas questões relativas às políticas juvenis e factores decisivos para o desenvolvimento, juventude, paz e desenvolvimento, com destaque para a participação da sociedade civil nas políticas do Governo para aquela camada da sociedade, bem como o papel desta num Estado democrático de direito.

4 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

4.1 Mais de mil famílias são realojadas no Zango

Jornal de Angola... 03-08-05

Cento e setenta, duas famílias, que vivem na encosta da Boa vista foram transferidas durante o fim de semana para casas económicas no bairro Zango (Viana), e Sapu (Kilamba Kiaxi) , perfazendo mil e 204 famílias realojadas nas ultimas duas semanas.

Segundo a coordenação do programa de Emergência Habitacional do governo da província de Luanda, 98 famílias foram realojadas no Zango e 74 na Sapu, no sábado e domingo. O governo da província disponibilizou camiões para o transporte dos haveres dos beneficiários e autocarros para as pessoas. Calcula-se que 13 mil famílias vivem em toda a encosta da Boavista (das imediações do Porto de Luanda ao mercado Roque Santeiro), um em casas de construção definitiva e outros em casebres de chapas e papelão.

Nesta segunda fase foram realojadas pouco mais de cinco centenas de famílias que vivem em condições idênticas nas imediações do Museu Central das Forças Armadas (FAA.), município da Ingombota. foram igualmente contempladas com casas na sapu (Kilamba Kiaxi). Foram demolidas as residências desocupadas na Boavista na encosta do Museu na medida que os ocupantes fossem retirando os seus bens, para evitar que voltem a ser reocupadas.

Os beneficiários contam com novas residências de carácter económico, com três quartos, cozinha, sala, quarto de banho, entre outros compartimentos, enquanto no início do projecto, há cinco anos, eram colocados em tendas. O Governo da província de Luanda iniciou há cinco anos a implementação do Programa de Emergência Habitacional, com vista a albergar milhares de famílias que vivem em zonas de risco, principalmente nas barrocas da Boavista, onde em épocas chuvosas dezenas de famílias morriam soterradas.

Na primeira fase foram já realojadas cerca de três mil famílias no Zango, sendo duas, mil e 700 das da Boavista e perto de 300 de camponeses locais. Inicialmente, as famílias eram colocadas em tendas, tendo provocado varias manifestações de repudio, enquanto o governo alegava que a medida visa a

proteger a vida dos cidadãos. Espera-se construir ate Janeiro de 2006 mais três mil novas residências e económicas, perfazendo um total de seis mil casas desde o inicio do projecto Zango.

O plano director-geral para inspanção do projecto do zango prevê infraestruturar mil e 100 Hectares de terra para a construção de cerca de 26 mil casas, entre as seis mil e 600 residências e 14 mil apartamentos em prédios ate três a quarto andares. Contempla ainda a construção de 30 escolas primárias, cinco do segundo nível e de artes e ofícios, um instituto politécnico, 30 centros de saúde e hospitais e nove centos comerciais. Esta ainda prevista a implantação de uma estação de tratamento das águas dos esgotos, reaproveitando os líquidos para a agricultura e regadio, bem como uma conduta de água de 500 milímetros a partir da Estação de Luanda Sul, com um reservatório para compensar cortes por 24 horas.

Estão projectadas igualmente redes técnicas para melhorar a abastecimento de energia eléctrica, serviço telefónico e retorno das águas pluviais para as zonas ribeirinhas.



4.2 Os moradores estão a ser injustiçados

Angolense... 06-08-05

O presidente da comissão de moradores da Boavista, José Rasgadinho, reconheceu esta semana haver razões para que os populares reclamem, pois, apesar de ter chamado atenção para o facto da construção anárquica de anexos nos quintais, participou o caso ao chefe do Programa de Emergência Habitacional.

"Os populares acusavam-nos de lhes ter abandonado e não burladores", disse.

José Rasgadinho diz que a população sabe a quem

entregou o dinheiro e, por isso, é a estes que devem pedir contas, porque a sua missão não é prejudicar o povo, mas defendê-los de modos a que ninguém se sinta prejudicado. Argumentou que se a comissão for chamada a intervir no caso não vai hesitar, pois, o seu objectivo é defender os interesses dos habitantes daquela zona.

"Na altura em que começou esta confusão eu me encontrava adoentado, não obstante a isso, aconselhei as pessoas a evitarem confusões desta natureza." No processo de reconfirmação, estas casas foram registadas a troca de favores monetários", explicou.

Na sua alocução, Rasgadinho é de opinião que as famílias não agiram de forma isolada, admitindo que alguém do programa de emergência habitacional terá lhes induzido em erro. O Responsável dos moradores da Boa Vista descarta qualquer possibilidade de estar envolvido neste escândalo, pois, o processo de contagem e recontagem das residências foi feito por uma equipa do GPL que considerou como sendo idónea.

"A nossa missão tem sido apenas acompanhar o processo, porque na verdade, a comissão de moradores não está envolvida no registo de casas", justificou-se para descartar qualquer envolvimento no processo. O presidente da comissão vai mais longe e afirma o seguinte: "Se tivesse alguma cumplicidade no caso não seria entregue os retratos dos anexos anárquicos a direcção GPL encarregue deste assunto. "Na altura, denunciei este facto as autoridades.

O Chefe do poste avançado da Boavista terá algo a dizer sobre o que afirmo", frisou. Fez saber ainda que, tem tido reuniões regulares com o Governo da Província no sentido de se encontrem soluções para as famílias ainda ao relento, bem como daquelas cujas residências estão distanciadas uma da outra. Um problema, segundo ele que, esta na origem do aumento dos assaltos a mão armada no bairro do Zango, município de Viana.

Notou ainda que, em face da onda de assaltos algumas famílias têm abandonado as suas moradias. José Rasgadinho mostrou-se também preocupado com o estado actual das famílias, que perderam o seu habitat como resultado de um desabamento, mas que até ao momento ainda não foram contempladas.

A outra preocupação daquele responsável tem a ver com as famílias que residem na área denominada "Chaminé da cerâmica" uma zona de auto-risco que, na sua óptica poderia ser priorizada nesta segunda fase. Já

na segunda-feira, o nosso interlocutor considera o balanço positivo, pois, já é possível, o GPL e a comissão de moradores tem trabalhado em conjunto para a resolução de vários problemas.

Contudo, muitos erros tem sido evitados, o que não aconteceu no passado onde a referida comissão não era tida nem achada.

O responsável acredita que o "caso Boavista" vai conhecer melhorias, pois, confia no pessoal do GPL envolvido no processo de distribuição de casas. "As pessoas devem estar descansadas, porque a nossa luta é fazer com que todos sejam contemplados", argumentou.

4.3 BCI entrega primeiro lote de casas

Jornal de Angola... 08-08-05

A Direcção do Banco de Comercio e Industria (BCI), Departamento de Imobiliária, procedeu sabado a cerimonia simbolica de entrega de chaves do primeiro lote de casas da Urbanização "Oasis do Camama", na pessoa do presidente do Conselho de Administração, Generoso de Almeida.

O projecto que compreende a edificação de 300 moradias, esta orçado em 32 milhões de dólares americanos. A infra-estrutura conta com água, energia eléctrica com sistema alternativo, rede de esgotos, sistema de tratamento de aguas residuais bem como conta igualmente com escolas, creches, campos desportivos, piscinas, zona comercial e um clube social.

Nesta primeira fase foram entregues 39 residências, sendo 35 do tipo T3 com dois quartos, uma suite, sala, cozinha, despensa, casa de banho, quintal e 4 do tipo T4 com duas suites dois quartos, uma sala, cozinha, casa de banho, despensa e quintal. Neste momento esta a decorrer a conclusão de mais 150 vivendas, sendo a maior parte delas do tipo T2 com dois quartos, uma sala cozinha, despensa, casa de banho e quintal, que são as mais económicas cujo preço cifra-se em 87 mil dólares americanos.

Generoso de Almeida salientou que o surgimento deste empreendimento obedece a lógica de expansão de negocios, inscrito no plano estratégico do Banco de Comercio e Industria que contam com três modalidades de pagamento. Aquele governante disse por outro lado que a procura das moradias excedeu todas as expectativas da sua instituição.

Isto é para nos motivo de grande satisfação, pois para além, de indicar a boa qualidade dos materiais e da execução, da obra encoraja-nos a seguir em frente", frisou Generoso de Almeida. Jose Pedro de Moraes, ministro das Finanças frisou que é necessária encorajar a iniciativa do BCI e outros promotores que se encontram na industria imobiliária, para que obras do genero se multipliquem o mais depressa possivel.

"O Governo esta empenhado nesta concepção em particular o Governo da Província de Luanda e vamos assegurar que os recursos financeiros e outros não falem para a concretização destas obras de apoio", assegurou Pedro de Moraes. As residências que foram erguidas para atenuar os problemas de habitação que a população em geral enfrenta, foram concebidas pela empresa de construção civil israelita Jvlegus Est.

A Africonsult foi a empresa encarregada de fiscalizar o referido projecto.

As pessoas interessadas deverão dirigir-se a loja do BCI - Imobiliaria, situada no Cine Atlantico, on de para além de fornecer os seus dados de identificação poderão obter esclarecimentos sobre os tipos de casas e modalidades de pagamento.



4.4 Cacuaco vai disciplinar ocupação ilegal de terrenos

Jornal de Angola... 10-08-05

O administrador municipal de Cacuaco, Agostinho Miguel Lima, apelou os comandos militares e policias da zona a disciplinarem alguns elementos das Forças Armadas de Angola (FAA) e agentes da Policia Nacional que ocupam e vendem a margem da lei parcelas de terrenos na zona.

A chamada de atenção foi feita na reunião que com os membros do Conselho Municipal e responsáveis dos efectivos militares e policiais localizados na circunscrição.

"Nos últimos tempos, os terrenos estão a ser invalidados por alguns militares e agentes da ordem publica armados e com materiais topográficos e vendemos aos civis, alegando serem mandados por superiores hierárquicos", sustentou.

Acrescentou ainda que as referidas parcelas estão sinalizadas com placas escritas FAA, nas zonas destinadas a projectos industriais, estatais e privados, bem como de instalação de condutas de água potável a capital do país e da circunscrição.

Por seu turno, os responsáveis militares e policiais presentes ao acto prontificaram-se em colaborar com a Administração Municipal, no sentido de porem cobra a inquietação.

Estiveram presentes ao acto os chefes das unidades militares da 101ª Brigada, de Transportes, dos Convallescentes e do Comando municipal da Policia Nacional de Cacuaco.

O Administrador municipal de Cacuaco informou ainda que actos do género são espondicos na área, desde o período pos-eleitoral de 1992

4.5 Desenvolvimento sustentado de Angola

Jornal de Angola... 16-08-05

O ordenamento do território afigura-se como a chave para a solução eficaz de muitos dos problemas que actualmente assolam Angola, nomeadamente:

A ignorância dos riscos naturais na localização de actividades;

A mistura e sobreposição desordenadas de uso;

A acessibilidade a exploração de recursos territoriais;

A acessibilidade da população a lugares de trabalho;

As dificuldades territoriais no fornecimento de serviços públicos e equipamentos a população;

Os conflitos entre actividades e sectores;

desequilíbrio territorial, degradações ecologicas e desperdício de recursos naturais;

A descoordenação entre organismos publicos da mesma categoria e entre niveis administrativos distintos.

Conceitos associados ao ordenamento do territorio

A expressão "ordenamento do territorio ou territorial" traduz uma realidade - ampla, dificil de reduzir a uma definição fechada. Conceito aplicado de diferentes modos, conforme o utilizador, o ordenamento do

território interage com três elementos sempre presentes nas suas: apreciações: as actividades humanas, o espaço em que as mesmas se realizam e o sistema em que aqueles dois elementos se configuram ordenar o território significa, assim, identificar, distribuir, organizar e regular as actividades humanas, de acordo com certos critérios e prioridades, num determinado território.

Reflexo das políticas económica, social, cultural e ambiental de uma sociedade, a ordenação do território traduz o sistema geográfico que é consequência das mesmas. Actualmente, o estilo de desenvolvimento definido em Angola vem traduzido nos assentamentos populacionais, nos canais, de relação (infra-estrutura viária, entre outras) e em actividades como o uso dos solos, contribuindo todos para a funcionalidade do sistema, segundo o modelo adoptado (o modelo territorial). O modelo territorial reflecte o estilo de desenvolvimento, a base económica de uma sociedade, as actividades que suportam o tecido social e a forma como se agrupam e relacionam os cidadãos.

Numa perspectiva de futuro, a ordenação do território, definidora da estrutura espacial (forma de utilização do solo, redes formadas por núcleos de população e pelos canais que conectam o conjunto), será palco das estratégias de desenvolvimento de Angola, através da consideração das actividades proporcionadas pelas políticas social, económica, cultural e ambiental da sociedade. Além disso, regulará o comportamento dos agentes socio-económicos. Pretende-se com isso alcançar um desenvolvimento equitativo, equilibrado e sustentável das diferentes províncias de Angola.

O desenvolvimento (definido em termos de qualidade de vida), o equilíbrio intra e inter-regional, a organização física do espaço, a utilização racional dos recursos naturais e a conservação ambiental são portanto, conceitos chave na ordenação do território. Da iniciativa da administração pública, os planos de ordenamento do território existentes traduzem uma vontade política, com vista a implementação de um sistema formalizado de ordenação territorial do país. Todo o processo de elaboração, condução e aprovação e da responsabilidade da administração pública, segundo um sistema democrático (participação de todos os cidadãos), global (colaboração de todos os sectores), funcional (adaptação a consciência de cada região) e prospectivo (consideração, a longo prazo, das tendências económicas, sociais, culturais e ambientais e respectivas consequências no território).

Quer isto dizer que, do ponto de vista administrativo, a ordenação do território é uma função pública que faz

face a necessidade sentida pelo poder político de responder eficazmente ao crescimento espontâneo das actividades humanas, públicas e privadas. Pretende-se, por um lado, evitar os problemas decorrentes da ordenação do território e, por outro, garantir uma justiça socio-espacial, com respeito pelo princípio que proclama a função social da propriedade pelo desenvolvimento que, ultrapasse o mero crescimento económico. Aquela função pública, exercida por organismos públicos, vem reflectida nos planos de ordenamento do território de carácter horizontal.

Planos de ordenamento do território

Indissociável da realização e aplicação dos planos, a ordenação do território tem por objectivo diagnosticar o sistema territorial, prever o futuro e gerir a sua consecução numa unidade geográfica determinada, com recurso a planificação socio-económica e física. Com efeito, e conceito aplicado a todos os níveis territoriais (nacional, provincial e municipal), com apelo a instrumentos regulamentares legais: os planos de ordenamento do território.

Tradicionalmente, estes planos desenvolvem-se em cascata, segundo um processo descendente, em que os planos de nível superior e de âmbito mais extenso são adoptados como referência para os planos de nível inferior. Não obstante, conceptualmente nada impede que o enfoque e as técnicas de ordenação territorial se apliquem sem considerar aquelas referências, sempre que se conheça o espaço a ordenar e se definam as actividades. A legislação angolana (Lei do Ordenamento do Território - Lei n.º 3/04, de 25 de Junho) prevê já um conjunto de planos, denominados instrumentos de ordenação territorial. De acordo com essa legislação, os instrumentos de ordenamento do território classificam-se segundo três critérios (ver caixa):

Âmbito territorial, tendo em conta o espaço a que se referem;

Especificidade do objecto de análise (especial ou sectorial);

Natureza dos espaços considerando os dois grandes tipos de espaços consagrados na lei (rural e urbano).

Os planos de ordenamento do território tem um âmbito de aplicação alargado, alcançando políticos, administradores, técnicos e público em geral. Razão pela qual a sua eficácia depende estritamente do fiel cumprimento das normas e programas de actuação emitidos. Assim face à clareza que propiciam sobre a racionalidade e prioridade dos objectivos pretendidos, bem como a exigência de coordenação e concertação entre unidades territoriais, sectores de actividades e agentes sociais (em especial, os da administração

Publuca), os planos de ordenamento do território são uma peça fulcral para o desenvolvimento sustentado de Angola.

5 SERVIÇOS BASICOS

5.1 Lixo importado e mal gerido

Folha 8...01-08-05

Há uns tempos quando passava por acaso em frente ao Liceu Salvador Correia fiquei estupefacto com o cenário que se me deparou.

Não me fazia acompanhar de uma maquina fotografica no momento para poder gravar aquela imagem que as meus altos contemplavam, pelo que voltei dias depois e o cenário era a mesmo. Tirei uma fotografia depois de não ter conseguido impedir algumas lágrimas me aflorassem os olhos, algo que me acontecia pela segunda vez no mesmo local Como é possível que os alunos professores, encarregados de educação e outras entidades ligadas as áreas da educação, saúde e gestão da cidade de Luanda permitem uma acumulação do lixo naquele local e por aquele tempo?

Pela memória desfilou o filme da vivência dos anos 60 quando comecei a frequentar aquele estabelecimento de ensino, em Setembro de 1959. No primeiro dia de aulas, o dia dos caloiros, a minha careca foi cortada pelo aluno do 4º ano o falecido Dr. João Felipe Martins, fora do Liceu onde hoje é o hotel Cristo Rei. Sob a sua protecção caminhamos para o Liceu. Ele apenas permitiu que poucos alunos antigos me batessem na careca. Não permitiu que algum aluno de raça branca me tocasse na careca. Durante a manta daquele dia fui quase a sua sombra e ele a meu Arcanjo. Naquela altura morava com o meu Tio no bairro Marçal, por trás da igreja de Bethel, outrora mais conhecida como igreja do Sere, entre a casa do João Silvestre e a antiga linha-férrea. A caminhada diária para o liceu era feita quase sempre na companhia dos colegas vizinhos que moravam no bairro. O percurso era feito quase em linha recta seguindo o rasto da antiga linha-férrea. Em frente a antiga EVA - Empresa de Viação de Angola, havia um grupo de senhoras que vendiam vários "kitutes" e "keijadas" e era lã que nos abastecia-mos das queijadas, paracucas e outras iguarias típicas que não encontrávamos na cantina do liceu. O Liceu tinha nas suas instalações as condições mínimas para um bom processo de aprendizagem. Durante as aulas de canto coral apenas canções portuguesas eram ensinadas. Tirando as disciplinas normais, as aulas de

desporto eram sempre aliciantes. Treinados a partir dos nossos trumunos do Marçal, decidimos nos encontros entre alunos da mesma classe e mais tarde entre as varias classes formar a equipa dos "cabelo que não voa" contra os "cabelos que voam" isto é mbumbus contra pulas.

O campo de futebol de salão que fica no lado direito depois do portão principal era o nosso palco preferido. Eu, Aguinaldo, Dionísio Rocha, Raul são-tomense e um outro são conterrâneo esquerdinho que fintava muito bem, éramos os jogadores principais. O Pátio do liceu era enorme em tom a sua extensão não havia lixo, e ninguém permitia que o lixo se acumulasse. Com menos casas do que agora, os actuais becos eram naquele tempo ruas onde os carros circulavam melhor do que agora. Alem dos carros privados também circulavam carrinhas, camionetas de distribuição e os carros do lixo. Junto a casa do João Silvestre havia uma mulembeira grande ladeada por duas outras arvores de pequeno porte onde nos brincávamos ao lobo saltando de galho em galho cujos nomes já não me lembro.

A cerca de dez metros da mulembeira tínhamos o chafariz do outro lado da avenida Brasil, onde hoje temos a Cidadela desportiva, situava-se o famoso bairro indígena, com a sua lagoa. Embora poucos fossem os moradores do então Marçal que eram "assimilados", no nosso bairro e demais subúrbios da Luanda de então não se registavam amontoamentos de lixo como hoje é comum. Desde as ruelas que ladeavam o quintal da igreja onde moravam os amigos de sempre de parodia, (alguns de certeza ainda vivos e para os que já não pertencem ao nosso mundo que as suas almas descansem em paz"), como o Abel e Beto Murimba, Beto Gourgel, nos arredores do João Silvestre, tio Abraão Gourgel, do Carlitos mulato e do seu irmão Rui, do João Boneco, ate ao limite da rua que separa o actual Hospital Américo Boavida e a antiga linha férrea podíamos dizer que o lixo por nos diariamente depositado fora das casas em sacos de papel, caixas de papelão, latas ou em baldes era recolhido sem falta.

Os amigos do bairro indígena como Júlio Leite Velho, os Mangueiras entre outros com quem juntos percorríamos as caminhadas diárias para o Liceu também beneficiavam dos mesmos serviços de recolha. Nos bairros Rangel, Sambizanga, Lixeira, Bairro Popular, Prenda e Petrangol também se fazia a recolhido lixo e não tinham o aspecto que hoje apresentam. Quem recolhia o Lixo? Claro que era a Câmara Municipal de Luanda através do seu departamento de limpeza. Quem hoje passa por esses bairros rodas, no meio dos becos, suas ruelas e quintais, o

ambiente é limpo, as casas e respectivos quintais varridos.

Fora dos quintais, dos becos e ruelas dos bairros suburbanos, vemos os amontoados de lixo. De quem é a responsabilidade de se recolher o lixo espalhado por esta cidade? Em minha opinião, é minha obrigação recolher o lixo em minha casa, no quintal e no beco ou ruela de acesso a minha casa. Eu devo depositá-lo em local onde as serviços públicos de recolha de lixo possam ter acesso (contentares, locais previamente designados, etc.), afim de se dar ao mesmo a devido tratamento. Sei que pode haver alguém que não concorde comigo, mas então pergunto eu, qual é e a papel do governo? A nossa Lei constitucional vigente, no seu Artigo 24º diz o seguinte: Todos os cidadãos têm direito de viver num meio ambiente sadio e não poluído. Sendo assim quem me deve garantir o ambiente sadio? Eu e todos os cidadãos desta querida Angola, temos o direito de viver num ambiente saudável e sem lixo, águas putrefactas, ar poluído, com água potável, enfim aquilo que se pode considerar realmente um meio saudável o meu dever é contribuir com a pagamento dos meus impostos que são parte do Orçamento Geral do Estado de onde a Governo deve solicitar as recursos financeiros para viabilizar a recolha do lixo e garantir um meio ambiente sadio para eu viver.

A solução de todo e qualquer problema passa por uma análise do mesmo e acima de tudo combatendo as causas das suas origens. Na era colonial e ate inicio da década de 90 a maior parte do lixo existente no país era de natureza orgânica. Quem não se lembra dos colchões de palha de milho da Colchoaria Tomarense? Hoje os colchões que invadem o país inteiro são um derivado do petróleo (espuma) cujo tempo de degradação são dezenas de anos. Os sacos para o pão ou pequenas compras naquele tempo eram feitos de palha / tecido ou papel. As embalagens de alimentos eram feitas de modo geral de material reciclavel ou reutilizavel (latas com as quais se faziam candeeiros a petróleo, barris de vinho vazios que depois serviam para celhas de lavar roupa ou aduelas para quintais, latas para transporte de agua, cerveja, gasosas, vinho e outras bebidas em garrafas/garrafões etc.). A sociedade daquele tempo tinha outros valores morais, a higiene e asseio faziam parte do currículo escolar.

Hoje no mundo globalizado, estamos transformados numa verdadeira lixeira do mundo. Os países industrializados produzem tudo na mira da redução de custos, quanto mais barato melhor, quanto menos durável, melhor. E nos, estúpidos e miseráveis, que nada produzimos e apenas vivemos a comprar sucatas,

produtos expirados, comidas estragadas, embalagens de produtos descartáveis (lixo), sim nos compramos o lixo, pois desde as embalagens da gasosa em lata, ao plástico que formam as embalagens de cerveja, geleiras, sacos de fardo de roupa, calçado, enfim de todos os artigos importados são pagos. Uma forma de combate é evitar a importação do Lixo. Quais são as nossas normas de produção, tratamento ou eliminação do Lixo? A cidade de Barcelona por exemplo tem 2 milhões de habitantes e produz 10.000 m3 de lixo por dia que poderia encher em 4 dias o estádio de futebol do Barcelona.

Sabem os nossos gestores por acaso quanto lixo produzimos em cada uma das nossas cidades, bairros ou vilas do país? Não podemos gerir o que não conhecemos, contudo gerir não custa, o que custa sim é saber gerir.



5.2 Águas pútridas invadem casas na rua de Ambaca

Jornal de Angola... 02-08-05

Parte das ruas Garcia Neto e de Ambaca, no bairro São Paulo, em Luanda, encontra-se, desde Novembro do ano passado, intransitável como consequência das águas paradas provenientes dos esgotos e da rotura, há alguns dias, de uma tubagem de 80 milímetros da Epal.

Como consequência, as águas misturadas com detritos tem invadido as residências dos moradores, que já solicitaram a intervenção da Administração Municipal do Sambizanga no sentido de se resolver a situação, mas que, no entanto, nada tem feito para alterar o actual cenário. Segundo disse Roberto Baptista, coordenador da comissão de moradores da rua de Ambaca. De acordo com Roberto Baptista, o drama dos moradores começou quando a empresa de material de construção, Importrading, localizada no

entrocamento entre a rua de Ambaca e a Garcia Neto, procedeu a trabalhos de remodelação no seu edifício, que viriam a obstruir o sistema de esgotos da rua de Ambaca com vista a ultrapassar este problema e venda que a administração nada fazia, em Dezembro de 2004, os moradores tiveram que desembolsar cerca de dois mil dolares, numa contribuição de 60 dólares por cada família, que serviu para pagar o camião que desentupiu os esgotos. "Como estávamos num período de festas, tivemos que fazer uma contribuição de 60 dólares cada, que fez cerca de dois mil dólares, para pagar o camião que veio desentupir os esgotos", afirmou. Acrescentou que, pese embora o trabalho feito na altura, passando dois meses, isto em Fevereiro do ano em curso, os esgotos voltaram a entupir, desta vez por causa das águas proveniente da "Auto-Ambaca", estação de serviço, que procede a lavagem de viaturas naquela rua. Auto-Ambaca faz a lavagem de viaturas no interior da estação e mesmo aqui na rua. E como os esgotos se encontram nesta situação, as águas vindas da estação, misturadas com o combustível não tendo por onde passar, inundam a rua", disse Roberto Baptista, residente na rua de Ambaca desde 1976. Já as donas Constância e Ana, moradoras naquela rua desde o tempo colonial, apontam o de já acusador a Importrading e a AutoAmbaca pela situação que estão a viver e, solicitam que as mesmas assumam as suas responsabilidades neste imbroglio.

"Somos trabalhadores singulares e o que ganhamos não serve para a nossa sobrevivência, por isso, não podemos estar a contribuir para que nos arranjem a rua. Isto é trabalho da administração municipal e o governo da província", afirmou a dona Ana, acrescentando que, "estamos a viver aqui há mais de trinta anos e nunca tivemos este tipo de problema". Entretanto, para piorar a situação, a semana finda, uma tubagem de 80 milímetros da Empresa Publica de Aguas de Luanda (EPAL) teve uma rotura numa das juntas de suporte, provocando, assim, um aumento do nível das águas. Como consequência deste aumento, os moradores viram as suas residências serem invadidas pelas águas residuais. "Já avisamos a Epal sobre a rotura e, ate ao momento, ninguém apareceu aqui para reparar a avaria. Mas enquanto ninguém faz nada, as nossas casas são invadidas por estas águas que trazem consigo fezes, lixo e um cheiro nauseabundo", frisou o coordenador da comissão de moradores. (...)

"Nos também estamos com o mesmo problema. É so reparar que mesmo aqui em frente a nossa loja tem águas paradas. Esta situação tem dificultado muito o acesso, dos nossos clientes, a loja", afirmou, acrescentando que a Importrading também contribuiu, na altura, com algum montante para o pagamento do

camião que veio a desentupir os esgotos.



6 PAZ E CIDADANIA

6.1 A CNE vista pela sociedade civil

Independente... 06-08-05

As personalidades a integrar na futura Comissão Nacional Eleitoral devem ser honestas e possuir capacidade técnica porque a partir da sua constituição, o futuro do país esta entregue nas mãos. A ideia é defendida pelo analista político, Justino Pinto de Andrade.

Para si, o plenário da Assembleia Nacional cometeu o «pior erro» ao confiar aos partidos políticos com assento parlamentar a responsabilidade de indicarem os seis dos onze elementos que vão compor o órgão reitor do processo eleitoral, porque duvida que estes tenham a «coragem» de indicar técnicos. Com experiência de observação eleitoral em alguns países da região austral do continente, acha que os elementos a serem eleitos podem viciar a Comissão na medida em que sentir-se-ao tentados a guiarem-se pelos caprichos dos partidos que os propuseram. O analista pensa que as eventuais querelas que podem acontecer decorrentes de possíveis fraudes eleitorais vai dividir o país mas não acredita que se registem casos extremos ou mesmo uma nova guerra, porque, no seu entender, os angolanos jamais querem reviver esta «amarga» experiência.

Entretanto, Pinto de Andrade sublinha que o nível de absentismo será grande se, de princípio, os eleitores anteverem a impossibilidade de alternância e de um provável vencedor antecipado porque, a seu ver, para o povo a mudanças nas suas vidas e a do país, implica alternância no poder. Evitando deselegância, Justino Pinto de Andrade recusou-se a eleger nomes de indivíduos achados competentes. Para engrossar a CNE, mas reconhece existirem pessoas muito serias quer entre a sociedade civil quer a nível do Tribunal Supremo. A CNE deve assentar sobre cinco princípios por sua vez, o director do Instituto Eleitoral para Africa Austral (EISA), Augusto Santana defende que para um bom desempenho a futura CNE deve, necessariamente, ser imparcial, profissional e revestida de cada isenção possível. O Responsável observa que os membros para o órgão que vai supervisionar as eleições de 2006 devem ter um perfil consubstanciado na idoneidade, capacidade técnica, experiência sobre a matéria, vontade de aprender aliada a vontade política e que haja interesse patriótico das instituições que os indicarem. O Director do EISA, uma instituição vocacionada em observação eleitoral, defende este

critério porque, pela sua larga experiência na matéria, as grandes deficiências das CNE consistem nas debilidades técnicas, facto que as torna, as vezes, impotentes de resolver conflitos.

A julgar pela política de que nas eleições tudo pode acontecer, Augusto Santana alerta que os mecanismos de resolução de conflitos devem corresponder as circunstancias, a começar pela aprovação de leis consensuais, evitar-se o usufruto dos meios do Estado em benefício partidário. Contrariamente as teorias que vaticinam um elevado índice de absentismo, ele é optimista e descarta essa possibilidade porque acredita que o trabalho de sensibilização das instituições do Estado, das organizações cívicas e da comunicação social vai moldar essa atitude. Para se evitar eventuais fraudes eleitorais, Augusto Santana aconselha os autores directos e indirectos a envolverem-se no processo, a partir do registo de adultos, de maneiras a se evitar contestações depois dos resultados finais.

O director do Instituto Eleitoral para Africa Austral admira que se for convidado a integrar a CNE retia poucos argumentos para negar, na medida em que seria uma solicitação de interesse nacional e a julgar pela instituição que dirige.

6.2 Registo eleitoral deve arrancar entre setembro e outubro

Capital... 06-08-05

O início do registo eleitoral podem acontecer entre os próximos meses de Setembro e de Outubro de acordo com a previsão do ministro da Administração do Território (MAT), Virgílio Fontes Pereira, apresentada em entrevista que concedeu ao jornal Muangole, editado por embaixada angolana em Portugal Tandala Francisco.

Num pronunciamento bastante optimista, Virgílio Fontes Pereira, que é também o coordenador da Comissão Interministerial para as Eleições, admitiu a possibilidade do registo realizar-se já nos finais do terceiro ou no princípio do quarto trimestre de 2005. O pronunciamento do ministro contrasta com cálculo de políticos da Oposição, segundo os quais, nas actuais circunstancias, apenas será possível concretizar o recenseamento eleitoral em 2006, justamente no ano previsto para a realização das eleições. O registo ou recenseamento eleitoral é uma das etapas mais importantes de todo o processo eleitoral, uma vez que vai determinar quantos e quais as características dos angolanos habilitados para exercer o direito de escolher

os seus governantes.

Fontes Pereira reconheceu, ao longo da entrevista, algum atraso em factores dos quais depende o início do registo eleitoral, como sejam «a aprovação da lei eleitoral e a constituição da Comissão Nacional Eleitoral (CNE)». Tão logo sejam ultrapassados os impasses actuais, «fica automaticamente viabilizado o arranque do recenseamento eleitoral», realçou o governante.

Ate agora, segundo o ministro, não podemos avançar muito porque é a lei eleitoral que determina a criação da CNE e é esta que tem que aprovar em definitivo o programa de registo eleitoral», explicou. «A CNE aprovará o programa e depois disso o Governo tem que anunciar publicamente a data de início do registo, e esse anuncio tem que ocorrer um mes antes da data prevista para o início do registo».

Sobre o fecho deste jornal, o Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, oficializou o encaminhamento para o Parlamento do projecto de Lei Eleitoral depois de tal documento ter sido analisado pelo Tribunal Supremo que deu como inconstitucionais algumas das suas normas. Os deputados, tal como se noticiou em Luanda, vão hoje e na próxima segunda-feira, 01 de Agosto, para reapreciar e aprovar emendas na alínea D do artigo 17 do ante-projecto de lei eleitoral. Quem acompanha o processo garante que o debate da próxima segunda-feira não devera ser muito acalorado, ate porque os principais partidos da opposição parlamentar já se manifestar concordantes com as inquietações de José Eduardo dos Santos sobre a lei eleitoral que foram, posteriormente, validadas pelo Tribunal Supremo.

Na senda do registo eleitoral o ministro indicou que o Governo esta a tentar organizar as condições técnicas para que, tão logo se aprove o programa, a maquina seja posta a funcionar

6.3 MINSA emprega mais de 9 mil técnicos saídas de áreas de acolhimento

Jornal de Angola... 14-08-05

NOVE mil e 69 técnicos de saúde provenientes de áreas de acolhimento foram integrados pelo Ministério de tutela (MINSA), respeitando-se a localidade preferida por cada um.

A informação foi dada ontem pelo chefe de Departamento de Administração de Pessoal da Direcção Nacional de Recursos Humanos (DNRH) do MINSA,

Artur Chilulu, quando dissertava o tema "Enquadramento dos técnicos provenientes das áreas de acolhimento", no encontro dos directores, que decorre desde quinta-feira na província do KwanzaSul. Segundo disse, deste número, 12 apresentaram-se como médicos e o restante como enfermeiros e técnicos de diagnóstico. Acrescentou que alguns exibiram documentos comprovativos de possuírem as referidas qualificações, mas a maior parte não, facto que levou a criação de uma equipa, composta por membros da DNRH do MINSA, das FAA, da Escola de Formação em Saúde e da UNITA, que teve por incumbência entrevista-los e atribuir a categoria, para posterior colocação.

Quanto aos médicos, frisou que depois de um trabalho de apuramento, concluiu-se que quatro eram apenas estudantes do terceiro ano do curso de Saúde e foram postos a disposição da faculdade de Medicina para continuarem os seus estudos. Os oito médicos confirmados, dois foram colocados no centro materno infantil Augusto Ngangula e um outro na representação em Angola da OMS.

Outros cinco que alegaram ter estudado na Republica Democrática do Congo foram enviados pelo MINSA para este pais para obterem os seus diplomas. Um já regressou e esta a trabalhar no Hospital de Caxito, Bengo, como cirurgião. Acrescentou que alguns exibiram documentos comprovativos de possuírem as referidas qualificações, mas a maior parte não, facto que levou a criação de uma equipa, composta por membros da DNRH do MINSA, das FAA, da Escola de Formação em Saúde e da UNITA, que teve por incumbência entrevista-los e atribuir a categoria, para posterior colocação.

Neste momento, decorrem em todas as províncias acções de reciclagem destes técnicos. A directora nacional dos Recursos Humanos do MINSA, Evelize Frestas, apelou as direcções provinciais no sentido de prosseguirem com o processo de integraçã, pois muitos ainda se encontram desempregados.

6.4 Wambu kalunga e a prodigalidade da historia oral

Terra Angolana...Agosto

Os nossos monumentos, aqueles que nos são próprios, são as tradições orais que morrem com os mais velhos que vão desaparecendo, veiculadas por um rico manancial património linguístico.

Hoje, em Angola, as autoridades tradicionais não

possuem nem audiência, nem meios próprios de expressão. As Suas instituições sofrem irrupção agressiva da modernidade e da falta da sua condução ao plano institucional que lhes possa garantir a sobrevivência e constante revitalização das suas culturas através de um desenvolvimento harmonioso.

A tradição oral, diz que Wambu kalunga foi um exímio caçador que foi instalar-se na região da Kaala, na província do Huambo, nas zonas do Ussombo, Makolo e Kondombe, onde provavelmente terá encontrado a sua esposa. Apesar do seu poder de caçador, nunca chegou a assumir cargo de responsabilidade junto do poder tradicional. Trata-se de uma informação que precisa de ser confirmada, pois existem outras versões que contradizem. Sabe-se todavia que um monumento foi erguido a sua memória e que os restos mortais de Wambu e mais duas raparigas que se acredita terem sido enterradas vivas com ele, pois assim era a tradição, continuam ainda hoje protegidos por anciões. Mas, fica-se sem se saber por que razão terá tido tanta honra ao ser enterrado. O Mais velho Cipriano Kangandjo, um ancião muito respeitado, diz que Wambo, foi enterrado com honras devido a sua participação decisiva na batalha que se travou nas grandes pedras de Nganda la Kawe, entre os filiados de Kahululo, esposo de sua filha NJinga e os Seus homens.

Ainda segundo o mais velho, esta batalha teve como principal motivo, o facto de que Wambo se apossava de netos masculinos para fins benéficos o que não agradou ao genero. A situação atingiu níveis explosivos dando lugar uma grande batalha que culminou com expulsão de Kahululo e suas gentes, indo depois fixar-se na região da Nganda (município da Ganda). Os mais velhos dizem que este município levou esta designação porque os seus primeiros habitantes vieram dos arredores da actual grande pedra que leva esta designação situada a sete quilómetros do Município da Kaala, província do Huambo ao longo da estrada que vai para Ekunha, um município situado a 21Km. A história de Wambu Kalunga revela a necessidade urgente que temos de passar a inventariação dos nossos valores culturais e assenta-los por escrito.

Foi com razão que Baubou Hama, escreveu no seu livro Fundamentos da Unidade Africana o seguinte pensamento que mais tarde viria a ser retomado pelo seu colega Alphone Quenum, no livro introdução a cultura africana pp.22) “a cultura da inteligêntizia não pode nem deve colocar-se enquanto ante tese da cultura do povo, ela deve ser antes de mais uma emergência sua para não se tornar na sua consciência estéril, necessita de se alimentar permanentemente da fonte que a segregou. Saída do povo, a nossa

inteligêntizia deve saber voltar a ele para poder tornar-se na sua consciência critica, uma forma de desmistificação, colocada diante das massas, partilhando as suas angustias e as suas esperanças, capaz de as libertar sob a forma de Projectos políticos ou de as formular enquanto doutrinas de regeneração...

Por isso a cultura oral deve deixar de ser uma espécie de idolatria do saber em busca do poder e de domínio, para se tornar numa vontade e numa força de meditação.



7 CARTOON



